

Demonstrações Financeiras

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Diretores da
Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.
Marituba – PA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Empresa incorreu em prejuízo de R\$33.657 mil, assim como apresentou margem bruta negativa de R\$33.068 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e apresenta prejuízos acumulados no patrimônio líquido de R\$321.117 mil em 31 de dezembro de 2023. As operações da Empresa vêm sendo financiadas, basicamente, através de recursos obtidos de sua controladora conforme apresentado na nota explicativa 1 e esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção



em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de junho de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Anderson Pascoal Constantino'.

Anderson Pascoal Constantino
Contador CRC SP-190451/O

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Balança patrimonial

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
	Explicativa				Explicativa		
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	223	2.365	Fornecedores	11	21.066	12.588
Contas a receber de clientes	7	35.728	28.846	Salários, benefícios e encargos sociais	12	1.248	1.216
Estoques	8	6.367	6.067	Impostos, taxas e contribuições	13	3.748	2.211
Impostos a recuperar	9	1.607	-	Outras contas a pagar		-	7
Outras contas a receber		270	370	Total do passivo circulante		26.062	16.022
Adiantamento a fornecedores		373	300				
Total do ativo circulante		44.568	37.948				
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:				Fornecedores	11	12	78
Impostos a recuperar	9	18.151	16.549	Provisões	14	32.007	29.946
Contas a receber de clientes	7	93	-	Total do passivo não circulante		32.019	30.024
Depósitos judiciais		450	448				
		18.694	16.997	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	10	43.288	42.368	Capital social	17	370.728	303.228
Intangível		70	1	Capital social a integralizar		(1.071)	-
		43.358	42.369	Prejuízos acumulados		(321.117)	(287.460)
Total do ativo não circulante		62.052	59.366	Ajustes de avaliação patrimonial		(1)	-
				Recursos para aumento de capital		-	35.500
				Total do patrimônio líquido		48.539	51.268
TOTAL DO ATIVO		106.620	97.314	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		106.620	97.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Demonstração do resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	2023	2022
Receita operacional líquida	18	50.060	47.649
Custo dos serviços prestados	19	(83.128)	(93.453)
Prejuízo bruto		(33.068)	(45.804)
Receitas e despesas operacionais			
Despesas comerciais	20	(374)	(313)
Despesas administrativas	21	(2.418)	(2.813)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	1.994	880
Receitas e despesas operacionais líquidas		(798)	(2.246)
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras		(33.866)	(48.050)
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	23	739	417
Despesas financeiras	23	(503)	(444)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		236	(27)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(33.630)	(48.077)
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	16	(27)	-
Prejuízo do exercício		(33.657)	(48.077)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Demonstração do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo do exercício	(33.657)	(48.077)
Remensuração do passivo de benefício definido	(1)	(1)
Total do resultado abrangente da Empresa	(33.658)	(48.078)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Recursos para aumento de capital	Patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	246.198	-	(239.383)	1	3.030	9.846
Prejuízo do exercício	-	-	(48.077)	-	-	(48.077)
Aumento do capital social	36.000	-	-	-	-	36.000
Aumento do capital social	21.030	-	-	-	(21.030)	-
Recursos para aumento de capital	-	-	-	-	53.500	53.500
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	-	(1)	-	(1)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	303.228	-	(287.460)	-	35.500	51.268
Prejuízo do exercício	-	-	(33.657)	-	-	(33.657)
Recursos para aumento de capital – nota 17	-	-	-	-	30.929	30.929
Aumento do capital social – nota 17	29.000	-	-	-	(29.000)	-
Aumento do capital social – nota 17	38.500	(1.071)	-	-	(37.429)	-
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	-	(1)	-	(1)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	370.728	(1.071)	(321.117)	(1)	-	48.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(33.657)	(48.077)
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações, amortizações, exaustões do imobilizado	11.976	10.699
Baixa de imobilizado e intangível	217	2.194
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros	4.217	3.472
Reversão / (provisão) para transporte, tratamento e destinação de chorume	(2.104)	(7.483)
Provisão para crédito liquidação duvidosa	(33)	(26)
Redução ao valor recuperável	(2.609)	(3.279)
Provisão para contingências	(54)	7
Provisão de imposto de renda e contribuição social	27	-
Outras provisões	1	-
Aumento / Redução nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(6.942)	(9.919)
Partes relacionadas	-	79
Impostos a recuperar	(3.236)	(4.644)
Estoques	(300)	3.809
Outras contas a receber	100	105
Adiantamento a fornecedores	(73)	(300)
Depósitos judiciais	(2)	-
Aumento / Redução nos passivos operacionais		
Fornecedores	8.412	(1.860)
Partes relacionadas	-	68
Salários benefícios e encargos sociais	32	106
Impostos taxas e contribuições	1.537	383
Adiantamento de clientes	-	(41)
Outras contas a pagar	(7)	7
Caixa aplicado nas operações	(22.498)	(54.700)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(10.564)	(34.294)
Aquisição de intangível	(9)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(10.573)	(34.294)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos para aumento de capital	30.929	53.500
Aumento de capital	-	36.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	30.929	89.500
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(2.142)	506
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.365	1.859
No final do exercício	223	2.365
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(2.142)	506

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Guamá – Tratamento de Resíduos Ltda. (“Guamá” ou “Empresa”) foi constituída em 16 de setembro de 2011, tem foro jurídico no Estado de São Paulo e sede no Município de Marituba, Estado do Pará, na Travessa da Paz, nº 0 – Fazenda Santa Lúcia, Bairro Santa Lúcia I. A Empresa tem como objeto social exclusivo e específico a prestação de serviços de destinação final e tratamento de resíduos sólidos domiciliares, industriais e inertes da construção civil, implantação e operação de aterro sanitário de resíduos, bem como implantação e operação de uma central de processamento de resíduos sólidos e outras atividades relacionadas à destinação final e tratamento de resíduos. A Guamá é uma controlada direta em primeira instância da Revita Engenharia S.A., e controlada indireta em última instância da Solvi Participações S.A. em 2023.

A Empresa incorreu no prejuízo de R\$33.657 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e apresenta prejuízos acumulados registrados no patrimônio líquido de R\$321.117 em 31 de dezembro de 2023.

A Administração da Empresa está adotando diversas medidas para a recuperação de seu equilíbrio econômico-financeiro, dos investimentos efetuados, sua posição patrimonial, sua lucratividade e geração de caixa suficiente para o cumprimento dos seus compromissos e planos de negócios. Os eventos e condições descritos acima, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Empresa pelo período de 12 (doze) meses. No entanto, os sócios da Empresa têm tomado medidas, como investimentos em ativos para geração de receitas decorrentes da operação do aterro, para suportar o fluxo de caixa de suas operações e permanecem confiantes sobre o cumprimento do plano de negócios traçado para os próximos anos.

1.1 Operação Gramacho e seus reflexos nas demonstrações financeiras

A Empresa opera a Central de Processamento e Tratamento de Resíduos Urbanos - CPTR Marituba-Pará (“Aterro Marituba”), que iniciou suas atividades em 2015 e oferece solução para a destinação final de resíduos domiciliares dos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba no Estado do Pará. O Aterro Marituba é o primeiro aterro sanitário da Região Norte e sua abertura permitiu a destinação final de resíduos anteriormente destinados ao “Lixão do Aurá”, atendendo a vigente Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS.

Em razão de questões de natureza ambiental vinculadas à operação do Aterro Marituba, a Empresa e alguns executivos e ex-executivos dessas entidades respondem às ações detalhadas na NE nº 14. Em sua defesa, a Empresa demonstra que com base em laudos de consultores especializados em meio ambiente e saúde, não houve contaminação atmosférica, de solo ou de águas e tampouco aumento de incidência de doenças que pudesse ser atribuído a uma contaminação causada pelo Aterro Marituba.

Desde 29 de novembro de 2023 a operação do Aterro Marituba decorria de decisão liminar obtida pela Prefeitura Municipal de Belém em processo estrutural no Tribunal de Justiça do Estado do Pará (“TJPA”), com a participação do Estado do Pará, representado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS, Procuradoria-Geral do Estado do Pará – PGE/Pará, das Prefeituras de Ananindeua e Belém, e da própria Empresa, pela qual, a Guamá restou obrigada a continuar recebendo resíduos para tratamento até fevereiro de 2025.

Tal situação obriga a Guamá a continuar recebendo resíduos para tratamento e a realizar investimentos, o que foi objeto de recurso da Empresa, ainda sem julgamento.

Em paralelo, a Prefeitura de Belém licitou os serviços de coleta e tratamento de resíduos e firmou no último dia 07 de fevereiro de 2024 contrato com Concessionária constituída especialmente para tal concessão, cabendo a esta a destinação adequada de resíduos que deverá ser realizada em Aterro Sanitário licenciado, a ser subcontratado pela Concessionária até a efetiva implantação de nova Central de Tratamento e Destinação Final de Resíduos de Belém, sendo o Aterro Marituba até então o único na região que atenderia a tal exigência. Em 13 de abril de 2024, dias antes do início das operações da

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Concessionária, a Guamá recebeu nova ordem judicial para manter a continuidade de recebimento dos resíduos coletados e transportados pela Concessionária nas mesmas condições financeiras dos outros municípios até fevereiro de 2025. A Guamá inconformada com tal decisão adotou as medidas judiciais cabíveis, uma vez que a prestação de serviços de limpeza urbana relacionados ao município de Belém passou para titularidade e responsabilidade de uma empresa privada.

Desta forma e enquanto não revertida referida decisão judicial, a Empresa segue recebendo e tratando adequadamente os resíduos das referidas municipalidades e sendo financiada pela controladora Revita Engenharia S.A, para que possa continuar operando.

2. Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Empresa. Desta forma, a Administração avalia que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho financeiro e operacional e os fluxos de caixa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de junho de 2024. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

2.2 Base de apresentação

As demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

2.3 Classificação corrente versus não corrente

A Empresa apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Empresa classifica todos os demais passivos no não circulante.

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.4 Contas a receber de clientes e perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos as perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, calculados com base na análise dos créditos e registrado no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber.

2.5 Receita de contratos com clientes

A receita é reconhecida quando a Empresa transfere o controle dos serviços ou produtos para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Empresa espera receber em troca desses serviços. A Empresa conclui que geralmente é o principal em seus acordos de receita, porque normalmente controla os serviços antes de transferi-los para o cliente. A Empresa aplica os seguintes cinco passos relativos às receitas:

- 1- identificação dos contratos com o cliente;
- 2- identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato;
- 3- determinação do preço da transação;
- 4- alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e
- 5- reconhecimento da receita quando ou conforme a obrigação de desempenho é atendida.

Abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

2.6 Receita de serviços prestados – Resíduos

As receitas relacionadas à prestação de serviços de tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas no regime de competência, com base em medições (pesagem, metragem ou duração) do trabalho executado, mensais, de acordo com os parâmetros de mensuração e preços estabelecidos em cada contrato.

2.7 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem o reconhecimento de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo, por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, financiamentos, títulos emitidos e juros sobre mútuo e são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

2.8 Benefícios a empregados

- **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

• Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

• Participação nos lucros

A Empresa reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

• Assistência médica

A Empresa mantém um plano de assistência médica como benefício pós-emprego para os funcionários e seus dependentes legais, cuja lei 9.656/98 estabelece regras sobre os planos e seguros privados de assistência médica. Para a continuidade da cobertura do plano pelo colaborador com vínculo empregatício, que contribuiu ao plano por um período também estabelecido na lei, podendo permanecer com o benefício pós-emprego, desde que assuma integralmente as suas contribuições (incluindo da parte da Empresa), quando do seu desligamento por demissão sem justa causa. O direito ao benefício vitalício é condicionado à permanência do colaborador no emprego até a idade da aposentadoria, e que tenha contribuído para o plano coletivo de assistência médica nas modalidades do plano vigente à época por mais de dez anos. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados. Em ambos os tipos de benefícios (Aposentadoria ou Desligamento Sem Justa Causa), os custos são integralmente arcados pelos ex-empregados.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Empresa reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

2.9 Tributos e encargos sociais a recolher

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

2.10 Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.11 Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores apurados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais o ativo será utilizado. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são baixados na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Empresa se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

Não foi reconhecido pela Empresa um ativo fiscal diferido em relação aos prejuízos fiscais, pois não há expectativa de lucros fiscais tributáveis para a recuperabilidade em um futuro próximo.

2.12 Tributos sobre vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas;
e

Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.13 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias-primas (almoxarifado) - custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração (sucata) - custo dos materiais diretos e mão de obra.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.14 Imobilizado

(a) Reconhecimentos e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(c) Depreciação

A depreciação é calculada para depreciar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada, por meio das quantidades dispostas de resíduo no aterro. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas estão apresentadas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.15 Ativos intangíveis

a) Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

b) Softwares

Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela vida útil estimada dos bens.

c) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

d) Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.16 Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento financeiro.

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado de acordo com o modelo de negócio definido pela Administração da Empresa e após a realização do teste se o fluxo de caixa do ativo é de coletar somente o pagamento do principal e juros ou se há outros elementos neste fluxo de caixa ("Teste SPPJ").

A depender do modelo de negócios e do resultado do Teste SPPJ, os ativos financeiros são mensurados: ao custo amortizado ("CA"); ao valor justo por meio de outros resultados abrangidos ("VJORA"); ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócio para a gestão do ativo financeiro, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao CA se atender ambas as condições a seguir e não for designado a ser mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda destes ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em instrumento patrimonial (ações ou cotas de participação) que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por mensurar esse ativo financeiro ao VJORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao CA ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados e mensurados ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente para coletar os pagamentos de principal e de juros (“Teste SPPJ”)

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor ‘principal’ em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a CA	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda O não reconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. O não reconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos e juros sobre capital próprio são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Empresa não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também não reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

O não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

d) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Empresa não opera com instrumentos financeiros derivativos ou realizaram designações de contabilidade de hedge nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

f) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

2.17 Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos de atraso. Em sua análise, a Empresa determina as variações de risco de crédito da de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio análise da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades da Empresa.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos.

O risco de inadimplência da contraparte é avaliado com base na evidência de dificuldade financeira significativa da contraparte como por exemplo extensão do prazo médio de recebimento, caso de falência, impactos econômicos no segmento de atuação, entre outras. Para a carteira de clientes privados, um título vencido acima de 60 dias enquadra-se no cenário de inadimplência. Já no caso de clientes públicos, determinado título será considerado inadimplente acima de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está expostos ao risco de crédito.

2.18 Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos;
- reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação ao contas a receber de clientes, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados na menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"). O ágio de uma combinação de negócios é alocado à UGC ou grupo de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.19 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos.

Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros sanitários

Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade o CPC 25/IAS 37. Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir:

- As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo; e
- As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

Provisão para transporte e tratamento de chorume

A provisão consiste na estimativa de gastos a serem incorridos, no período subsequente, para tratamento do chorume existente em lagoas nos aterros, bem como para o transporte do mesmo nos casos em que o tratamento for feito por terceiros, constituída tendo como base o custo médio de transporte e tratamento e com base em estimativas de preços das opções disponíveis, no caso de transporte deve-se considerar o custo/m³ do serviço terceirizado ou com equipamento próprio. No caso do tratamento deve-se considerar a estimativa de preços das opções disponíveis, tais como osmose reversa, estações de tratamento próprias ou de terceiros devidamente licenciados.

2.20 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Empresa está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimos existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa.

3. Uso de estimativa e julgamentos

a. Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas afeitas à aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas explicativas nº 10 – Imobilizado - Estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação e redução ao valor recuperável (impairment).
- Nota explicativa nº 7 – Contas a receber de clientes - apuração de crédito de perda esperadas para registro de provisão sobre contas a receber.
- Nota explicativa nº 14 – Reconhecimento e mensuração para provisões de fechamento e pós

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

fechamento de aterro, provisão para transporte e tratamento de chorume e provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na preparação das demonstrações financeiras que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas mencionadas acima no item (a).

4. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Empresa.

- A Empresa não utilizou instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022;
- Estrutura de gerenciamento de riscos.

A Diretoria da Empresa tem a responsabilidade para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Empresa.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Empresa. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Nota explicativa	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	6	223	2.365
Contas a receber de clientes	7	35.821	28.846
Outras contas a receber		270	370
		36.314	31.581

	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	PCLD	Valor contábil
Em 31 de dezembro de 2023									
Caixa e equivalentes de caixa	223	-	-	-	-	-	-	-	223
Contas a receber de clientes	17.963	8.415	6.042	-	-	3.303	109	(11)	35.821
Outras contas a receber	270	-	-	-	-	-	-	-	270
	18.456	8.415	6.042	-	-	3.303	109	(11)	36.314

	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	PCLD	Valor contábil
Em 31 de dezembro de 2022									
Caixa e equivalentes de caixa	2.365	-	-	-	-	-	-	-	2.365
Contas a receber de clientes	6.120	21.100	1.348	-	205	2	115	(44)	28.846
Outras contas a receber	370	-	-	-	-	-	-	-	370
	8.855	21.100	1.348	-	205	2	115	(44)	31.581

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para mitigar o risco de possibilidade da Empresa ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Empresa adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Risco de liquidez

A liquidez da Empresa depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, . A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Empresa disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

A tabela a seguir analisa as obrigações da Empresa, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Em 31 de dezembro de 2023						
Fornecedores e outras contas a pagar	21.066	12	-	-	21.078	21.078
	21.066	12	-	-	21.078	21.078
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Em 31 de dezembro de 2022						
Fornecedores e outras contas a pagar	12.595	78	-	-	12.673	12.673
	12.595	78	-	-	12.673	12.673

Gerenciamento de capital

Os objetivos da Empresa durante o processo de administração do seu capital é garantir a capacidade de continuidade e crescimento das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para minimizar despesas financeiras. Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Empresa, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos (ou juros sobre capital próprio), emitir novas ações ou reduzir capital.

A Empresa utiliza o endividamento líquido, para acompanhar a sua performance de geração de caixa, bem como para comparação com parâmetros de mercado.

	2023	2022
Fornecedores e outras contas a pagar	21.078	12.673
Total Endividamento	21.078	12.673
(-) Caixa e caixa equivalente	(223)	(2.365)
(=) Endividamento líquido (a)	20.855	10.308
Patrimônio líquido	48.539	51.268
Capital social e endividamento líquido (b)	69.394	61.576
Quociente de alavancagem (a ÷ b)	30%	17%

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia do valor justo	Categoria	2023		2022	
			Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	VJR	223	223	2.365	2.365
Contas a receber de clientes		Custo amortizado	35.821	35.821	28.846	28.846
Outras contas a receber		Custo amortizado	270	270	370	370
Total			36.314	36.314	31.581	31.581
Passivos financeiros:						
Fornecedores e outras contas a pagar		Custo amortizado	21.078	21.078	12.673	12.673
Total			21.078	21.078	12.673	12.673

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, conforme aplicável.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente; e

Nível 3 – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Empresa revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Empresa analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis;
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo; e
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Empresa entende que seus valores justos correspondem aos valores contábeis;
- Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, estejam próximos de seus valores justos;
- O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes;

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Aspectos ambientais

As operações da Empresa estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados. Vide maiores detalhes descritos NE nº 1.1.

A Empresa não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil. Vide maiores detalhes descritos NE nº 14.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e bancos	168	176
Certificado de depósito bancário (CDB)	55	2.189
	<u>223</u>	<u>2.365</u>

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média de 50,00% em 2023 (50,00% em 2022) do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros e liquidez são divulgadas na nota explicativa nº4.

7. Contas a receber de clientes

São compostos como segue:

	Nota explicativa	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Clientes públicos:			
Valores faturados		9.384	-
Medições a faturar		24.056	27.446
		<u>33.440</u>	<u>27.446</u>
Clientes privados:			
Valores faturados		243	728
Medições a faturar		1.559	714
		<u>1.802</u>	<u>1.442</u>
Perdas de crédito esperada		(11)	(44)
Partes relacionadas	15	590	2
Total		<u>35.821</u>	<u>28.846</u>
Circulante		35.728	28.846
Não circulante		93	-

A exposição ao risco de crédito da Empresa está limitada ao valor das contas a receber de clientes mencionadas acima.

O *aging list* das contas a receber de clientes é composto como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Valores a vencer	17.964	6.120
Vencidos:		
Até 30 dias	8.643	21.100
Entre 31 e 60 dias	6.270	1.348
Entre 61 e 90 dias	-	-
Entre 91 e 180 dias	228	205
Entre 181 e 360 dias	2.618	2
Acima de 360 dias	109	115
PECLD	(11)	(44)
	<u>35.821</u>	<u>28.846</u>

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentada com segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	(44)	(70)
Provisão do exercício	(82)	(62)
Reversão do exercício	115	88
Saldo final	(11)	(44)

8. Estoques

São compostos como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Materiais de consumo	6.367	6.067
	6.367	6.067

9. Impostos a recuperar

São compostos como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Pis e Cofins	16.632	15.005
IRPJ	2.940	1.358
CSLL	71	71
Outros impostos	115	115
	19.758	16.549
Circulante	1.607	-
Não circulante	18.151	16.549

10. Imobilizado

O saldo é composto como segue:

	<u>Taxa média</u>			<u>2023</u>	<u>2022</u>
	<u>anual - %</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Aterro e infra em aterros	(*)	63.161	(50.466)	12.695	14.302
Terrenos, edificações e construção civil (**)	5%	16.936	(338)	16.598	-
Máquinas e equipamentos	10%	36.208	(10.149)	26.059	24.987
Móveis e utensílios	10%	239	(63)	176	200
Equipamentos de informática	20%	366	(155)	211	194
Veículos e equipamentos	20%	110	-	110	-
Imobilizado em andamento	(**)	2.723	-	2.723	20.578
Perdas estimadas para redução a valor recuperável	(***)	(15.284)	-	(15.284)	(17.893)
		104.459	(61.171)	43.288	42.368

(*) O aterro e suas respectivas benfeitorias são amortizadas de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada.

(**) O imobilizado em andamento refere-se substancialmente aos investimentos para a construção de uma Estação de Tratamento de Efluentes e demais itens direcionados principalmente para infraestrutura do aterro, tais como: impermeabilização, terraplanagem, drenagem, etc.

(***) Redução do valor recuperável

Em 2023, a reversão de R\$2.609 (R\$3.279 em 2022) da redução do valor recuperável foi representada pela reavaliação anual do valor contábil de determinados itens do imobilizado. Os efeitos dessa reversão foram refletidos na rubrica de outras despesas operacionais no resultado. O valor do impairment de R\$15.284 em dezembro de 2023 (17.893 em 2022) foi baseado no valor em uso, tendo sido determinado em relação à unidade geradora de caixa da Empresa.

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As mutações do imobilizado de 2023 e 2022 estão demonstradas conforme a seguir:

Custo	Saldo em 31/12/2022	Adição	(-) Baixa	Transferência	Redução ao valor recuperável	Saldo em 31/12/2023
Aterro e infra em aterros	56.607	2.191	-	4.363	-	63.161
Terrenos, edificações e construção civil	-	2.399	-	14.537	-	16.936
Máquinas e equipamentos	31.809	2.982	(260)	1.677	-	36.208
Móveis e utensílios	240	1	(2)	-	-	239
Equipamentos de informática	289	82	(5)	-	-	366
Veículos e equipamentos	-	110	-	-	-	110
Imobilizado em andamento	20.578	2.799	-	(20.654)	-	2.723
Redução de imparidade	(17.893)	-	-	-	2.609	(15.284)
	91.630	10.564	(267)	(77)	2.609	104.459

Depreciação	Saldo em 31/12/2022	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	Redução ao valor recuperável	Saldo em 31/12/2023
Aterro e infra em aterros:	(42.305)	(8.161)	-	-	-	(50.466)
Terrenos, edificações e construção civil	-	(338)	-	-	-	(338)
Máquinas e equipamentos	(6.822)	(3.391)	64	-	-	(10.149)
Móveis e utensílios	(40)	(24)	1	-	-	(63)
Equipamentos de informática	(95)	(62)	2	-	-	(155)
	(49.262)	(11.976)	67	-	-	(61.171)

Total	42.368	(1.412)	(200)	(77)	2.609	43.288
--------------	---------------	----------------	--------------	-------------	--------------	---------------

Custo	Saldo em 31/12/2021	Adição	(-) Baixa	Transferência	Redução ao valor recuperável	Saldo em 31/12/2022
Aterro e infra em aterros:	47.596	-	-	9.011	-	56.607
Máquinas e equipamentos	19.079	11.313	(49)	1.466	-	31.809
Móveis e utensílios	225	143	(128)	-	-	240
Equipamentos de informática	178	147	(36)	-	-	289
Imobilizado em andamento	10.468	22.691	(2.104)	(10.477)	-	20.578
Redução de imparidade	(21.172)	-	-	-	3.279	(17.893)
	56.374	34.294	(2.317)	-	3.279	91.630

Depreciação	Saldo em 31/12/2021	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	Redução ao valor recuperável	Saldo em 31/12/2022
Aterro e infra em aterros:	(34.108)	(8.197)	-	-	-	(42.305)
Máquinas e equipamentos	(4.421)	(2.433)	32	-	-	(6.822)
Móveis e utensílios	(70)	(26)	56	-	-	(40)
Equipamentos de informática	(88)	(42)	35	-	-	(95)
	(38.687)	(10.698)	123	-	-	(49.262)

Total	17.687	23.596	(2.194)	-	3.279	42.368
--------------	---------------	---------------	----------------	----------	--------------	---------------

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Fornecedores

São compostos como segue:

	2023	2022
Fornecedores	17.248	8.456
Medição de fornecedores	2.331	2.661
Partes relacionadas – nota 15	1.499	1.549
	21.078	12.666
Circulante	21.066	12.588
Não circulante	12	78

12. Salários, benefícios e encargos sociais

São compostos como segue:

	2023	2022
Salários	269	256
Encargos trabalhistas	181	184
Férias	696	596
Participação nos resultados	100	100
Outros	2	80
	1.248	1.216

13. Impostos, taxas e contribuições

São compostos como segue:

	2023	2022
ISS	1.662	1.471
PIS	183	-
Cofins	853	-
ICMS	44	62
IRRF	60	47
INSS Retido	663	435
ISS Retido	38	75
Outros	245	121
	3.748	2.211

14. Provisões

	2023	2022
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (a)	37	91
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro (b)	25.154	20.937
Provisões de recuperação operacional do sistema de aterro (c)	6.811	8.915
Provisão para obrigações contratuais futuras	5	3
	32.007	29.946

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A administração e seus assessores legais acreditam que os valores registrados como provisão para riscos trabalhistas são suficientes para cobrir eventuais perdas nos casos de decisão final desfavorável na maior parte dos processos.

	Trabalhista
Saldo em 31/12/2021	96
Adições	19
Reversões	(24)
Saldo em 31/12/2022	91
Adições	37
Reversões	(91)
Saldo em 31/12/2023	37

Em 31 de dezembro de 2023, o montante correspondente a processos movidos contra a Empresa com prognóstico de perda possível totaliza R\$45.922 (R\$35.854 em 2022).

Encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público do Estado do Para (MP-PA) e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Gramacho, conforme descrito nota explicativa 1.1.

Abaixo segue relação dos principais processos envolvidos na operação, bem como aqueles classificados com valores relevantes de "Possível":

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa	Número do Processo	Tipo de Objeto	Valor
GUAMA – Tratamento de Resíduo Ltda.	0801086-97.2020.8.14.0133	Trata-se de Ação Civil Pública (ACP), movida pela ADECAM – BRASIL visando a condenação das empresas réis em danos morais coletivos, os quais seriam decorrentes do suposto dano ambiental praticado pelas empresas, cujo reconhecimento supostamente se deu por força da sentença proferida nos autos da Ação Penal 0011155-95.2018.814.0133. Contestada a ação, aguarda-se a citação de outros réus.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível:R\$1.000
GUAMA – Tratamento de Resíduo Ltda.	0801162-69.2019.8.14.0097	Trata-se de ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Pará com objetivo de condenar as empresas por dano ambiental, decorrente do suposto lançamento de chorume em local inadequado. Para realizar o transporte de chorume do aterro sanitário a Estações de Tratamento de Efluentes, a Guamá tem contratado transportadora terceirizada, sendo que seus funcionários, ignorando os treinamentos e orientações, realizaram o lançamento do efluente. Juntada manifestação prévia sobre o pedido de tutela de urgência. Desde então, aguarda-se a citação das empresas-rés para apresentar a contestação.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível:R\$10.000
GUAMA – Tratamento de Resíduo Ltda.	AUT-1-S/18-03-00028	Trata-se de auto de infração lavrado em março/2018, por supostamente ter ocorrido o escoamento de efluente pela rede de drenagem de águas pluviais. A Guamá, em sua defesa, apontou pela inexistência de contaminação, uma vez que os monitoramentos realizados pelo empreendimento não detectaram qualquer desvio de qualidade nas águas. Em decisão administrativa de primeira instância pela SEMAS, foi arbitrada a multa de R\$875mil. A decisão foi objeto de recurso e levado ao COEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível:R\$875
GUAMA – Tratamento de Resíduo Ltda.	0034860-11.2015.8.14.0301	Trata-se de ação popular movida pelos Srs. Erica Markete Aires da Silva e Carlos Andre Ferreira Nai, tendo como objeto anular o contrato celebrado entre a Prefeitura de Belém e a Guamá, firmado no ano de 2015, para realização do tratamento dos resíduos sólidos provenientes do município. Segundo as alegações dos Autores, a contratação deveria ser precedida por licitação, o que não teria ocorrido, apesar de inexistir outro local adequado ao tratamento dos resíduos sólidos. A Guamá apresentou sua defesa, alegando de que a contratação foi formalizada dentro do rito legal e que não houve nenhum dano ao erário ou ao meio ambiente. Em manifestação do MP, opinou pela extinção do processo sem julgamento pela perda do objeto. Em julho/2022, o Juiz se declarou incompetente e determinou a remessa do processo à Marituba/PA.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível:R\$5.400
GUAMA – Tratamento de Resíduo Ltda.	0000400-47.2017.5.05.0036	Trata-se de Reclamação Trabalhista, na qual o Autor alega teria sido desligado por justa causa sem lhe ser apresentado o motivo dessa ocorrência, negando que tenha cometido ato capaz de ensejar sua justa causa. Alega, ainda, que: (i) não recebia as horas extras; (ii) ultrapassava às 22:00h laborando, mas não recebia o adicional noturno; (iii) realizava uma inspeção diária na área do aterro sanitário, mas não recebia adicional de periculosidade ou insalubridade; (iv) recebia o valor das férias, mas apenas dispunha de 5 a 10 dias de gozo, de modo que requer o pagamento desses períodos; (v) a justa causa lhe causou abalo emocional, além de ter maculado imagem perante terceiros; (vi) não teria sido corretamente reajustado seu salário a partir de janeiro/2017 com base no percentual da CCT. Nesse sentido, pede a condenação da empresa anulação da justa causa aplicada com pagamento das parcelas rescisórias suprimidas; liberação das guias de seguro-desemprego ou pagamento da indenização equivalente; multas dos arts. 467 e 477 da CLT; diferenças de Horas extras; dobra dos domingos e feriados laborados; adicional noturno; adicional de periculosidade e/ou de insalubridade; férias não gozadas; indenização por danos morais em razão da justa causa aplicada; manutenção do plano de saúde; reajuste normativo da CCT 2017/2018. A empresa apresentou defesa negando as alegações da petição inicial. O processo está em fase de instrução. Ainda não houve sentença.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível:R\$910

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa	Número do Processo	Tipo de Objeto	Valor
GUAMA – Tratamento de Resíduo Ltda.	0000769-95.2018.5.05.0039	Trata-se de Reclamação Trabalhista, na qual o Autor alega que (i) sua moradia era arcada pela empresa, configurando verdade natureza salarial; (ii) foi obrigado a se transferir para Belém ou seria despedido; (iii) durante os primeiros 60 dias em Belém, morou em hotel arcado pela empresa (valor mensal de R\$ 4.350,00)e, depois, morou em apartamento com custos ainda assumidos pela empresa e teria comprado todos os móveis do apartamento para posterior reembolso (R\$ 12.778,00), o que ainda não ocorreu; (iv) não tinha poderes efetivos de mando em Teresina, de modo que pede as horas extras desse período; (v) em Belém ele se utilizava de carro da empresa para todos os fins de sua vida, pedindo o reconhecimento como salário; (vi) trabalhou em acúmulo de função; (vii) não teria recebido valores a que teria direito de PLR; (viii) teria sofrido uma dispensa vexatória, gerando repercussão perante todos os demais empregados da unidade; (ix) lhe foram imediatamente tomados o aparelho celular e computador, sofrendo humilhação; (x) teria ainda sido escoltado por dois prepostos da empresa até o seu hotel para que o veículo já fosse devolvido naquele momento; (xi) em razão da lavratura de autos de infração por supostas condutas ambientais incompatíveis com os compromissos assumidos pela empresa perante os órgãos públicos, o Autor estaria respondendo por demandas criminais que alega serem anteriores ao seu período naquela cidade; (xii) teria sido levado a interrogatório pelas autoridades policiais de forma truculenta, as quais lhe retiraram de sua residência às 7h da manhã, sofrendo verdadeira humilhação na frente de sua família, tendo sido levados bens de sua casa como telefones, tablets e computadores, inclusive de seus filhos; e (xiii) em razão de tais demandas, gastou R\$ 60.000,00 com honorários para assessoria de advogado criminal. Formula pedido de condenação da empresa: plus salarial pelo apartamento em São Paulo; plus salarial pelo hotel em Belém; plus salarial pelo apartamento em Belém; reembolso pelas despesas com transferência para Belém; horas extras; reconhecimento do veículo fornecido como salário in natura; acúmulo de função; PLR; indenização por danos morais (alegação de dispensa vexatória); indenização por danos morais (envolvimento em inquérito policial e denúncia do MP); indenização por danos materiais pelas despesas com advogado criminal. A empresa apresentou defesa negando as alegações da petição inicial. Após, a produção de prova oral e pericial, o processo foi julgado improcedente. Está em curso prazo recursal para o Reclamante.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível:R\$666
GUAMA – Tratamento de Resíduo Ltda.	0800677-59.2021.8.14.0013	Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Pará com pedido de condenação de danos materiais e morais coletivo, sob a alegação de que as Rés adotaram condutas que, supostamente, resultaram em dano ambiental provenientes da "queima irregular de chorume" durante o processo de fabricação de cimento pela CIBRASA. Segundo as alegações, o uso do chorume em seus fornos supostamente resultou na poluição atmosférica. Já apresentada manifestação prévia. Aguarda-se a citação dos Réus para apresentação de contestação, assim como, pela deliberação sobre o pedido de liminar formulado pelo Ministério Público.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível:R\$5.000
GUAMA – Tratamento de Resíduo Ltda.	0806758-18.2022.8.14.0133	Trata-se de ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Pará, com objetivo de apurar supostos danos ambientais, sob fundamento de que a Guamá recebe resíduos industriais, que não estariam autorizados em sua licença. Aguarda-se expedição do mandado de citação. Importante destacar que a Guamá realiza apenas o recebimento de resíduos domiciliares. Da mesma forma, os monitoramentos ambientais não demonstraram qualquer forma de contaminação decorrente das operações do aterro.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível:R\$5.000
GUAMA – Tratamento de Resíduo Ltda.	0806864-77.2022.8.14.0133	Trata-se de ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Pará, com objetivo de apurar supostos danos ambientais, sob fundamento da suposta operação inadequada do empreendimento. Postula-se a suspensão de forma progressiva do recebimento de resíduos e indenização por danos morais coletivos. Aguarda-se a expedição do mandado de citação. A Guamá destaca que toda a operação é desempenhada nos estritos termos de sua licença, assim como, os monitoramentos ambientais não apontam por qualquer tipo contaminação decorrente das operações do aterro sanitário.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível:R\$5.000

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros

A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento, bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento.

Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais.

De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o site está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um site ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (20 anos) são descontados a valor presente.

O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta.

Os cálculos da provisão de pós-fechamento são compostos por vários gastos futuros, podendo-se destacar:

- O tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semi-permeável ou impermeável) uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolado do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes;
- Manutenção da infra-estrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolado, sistemas de tratamento de percolado, etc.);
- Demolição de instalações utilizadas enquanto o site estava em operação e que não são mais necessárias;
- Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolado gerado;
- Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro;
- Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque, etc.);
- Custos de tratamento de percolado; e
- Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado.

A provisão de pós-fechamento do aterro que deve ser registrada nas demonstrações financeiras, ao final de cada ano e depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por site (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do site e da taxa de desconto aplicada a cada sítio (dependendo de sua vida residual).

A Empresa reconheceu provisões para cobrir os prováveis gastos de fechamento e pós- fechamento dos aterros sanitários conforme demonstrado abaixo. O montante reconhecido representa a melhor estimativa das despesas necessárias para liquidar a obrigação mensurada a valor presente na data atual. Essas estimativas a valor presente são descontadas utilizando uma taxa de juros de 13,01% ao ano (9,18% ao ano 2022). A taxa de juros de desconto inclui as melhores estimativas da Administração para a taxa de juros de longo prazo no Brasil.

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no ano de 2023 e 2022:

	2023	2022
Saldo inicial	20.937	17.465
Constituição de provisão	7.332	5.974
Reversão / realização da provisão	(3.115)	(2.502)
Saldo final	25.154	20.937

c) Provisão para transporte de chorume

A provisão constituída tem como base os custos para o transporte para tratamento de chorume armazenado no aterro em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A provisão é revertida de acordo com sua realização e desembolso de caixa.

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no ano de 2023 e 2022:

	2023	2022
Saldo inicial	8.915	16.398
Constituição de provisão	274	14.606
Reversão da provisão	(2.378)	(22.089)
Saldo final	6.811	8.915

15. Partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar e as transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são demonstrados a seguir:

	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesa)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Solvi Participações S.A.	-	-	-	-	-	(55)
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	-	-	-	11	-	(51)
Solvi Essencis Ambiental S.A.	-	2	67	136	(971)	(743)
Battre - Bahia Transferência e Trat. de Resíduos Ltda.	-	-	-	-	-	66
Revita Engenharia S.A.	590	-	1.400	1.400	-	-
Termoverde Salvador S.A.	-	-	32	2	(33)	(2)
Biotérmica Energia S.A.	-	-	-	-	(9)	-
	590	2	1.499	1.549	(1.013)	(785)
Mútuos (circulante):						
Solvi Essencis Ambiental S.A.	-	-	-	-	(75)	-
Subtotal	-	-	-	-	(75)	-
Total	590	2	1.499	1.549	(1.088)	(785)
Circulante	590	2	1.499	1.549	-	-
Não circulante	-	-	-	-	-	-
Total	590	2	1.499	1.549		

Transações com partes relacionadas

As contas a pagar de partes relacionadas registradas no passivo circulante referem-se, substancialmente, à serviços tomados operacional e serviços compartilhados, administrativo e financeiro às respectivas partes relacionadas.

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social é como segue:

	2023	2022
Prejuízo antes dos impostos	(33.630)	(48.077)
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Despesa esperada com imposto de renda e contribuição social	11.434	16.346
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Brindes/multas indedutíveis	(4)	(4)
Bônus/doações/patrocínios	(66)	(55)
Atualização monetária	-	67
Ajuste de inventário	(81)	(31)
Baixas de Créditos por Prescrição	(12)	(15)
Outras diferenças permanentes	(48)	(38)
Ajustes relativos a tributos de exercícios anteriores	(27)	-
Não constituição de diferido - Ausência de expectativa de realização	198	-
Crédito fiscal sobre prejuízo fiscal não constituído	(11.421)	(16.270)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(27)	-
Corrente	(27)	-
Alíquota efetiva	0,08%	0,00%

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 17 de maio de 2022, a Empresa aumentou o capital social em R\$57.030 através de capitalização parcial de adiantamento de futuro aumento de capital social no valor de R\$21.030 e o valor de R\$36.000 integralizado em moeda corrente, onde o capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022 passou a ser de R\$303.228, integralizado em sua totalidade, representado por 302.227.537 ações ordinárias nominativas, com valor de R\$1,00 cada uma.

Em 07 de março de 2023 e 09 de agosto de 2023, a Empresa aumentou o capital social em R\$29.000 com recursos para aumento de capital e R\$38.500 através de capitalização a integralizar, respectivamente, onde o capital social, subscrito em 31 de dezembro de 2023 passou a ser de R\$370.728, totalmente integralizado representado por 370.727.537 ações ordinárias nominativas, com valor de R\$1,00 cada uma. Restando a ser integralizado o montante de R\$1.071 até 31 de dezembro de 2024.

b) Recursos para aumento de capital

Representam recursos futuros a serem aportados ao capital social em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$35.500, totalmente integralizado no capital subscrito em 2023.

18. Receita operacional líquida

São compostos como segue:

	2023	2022
Cientes públicos	54.014	52.284
Cientes privados	4.155	3.463
Total receita bruta	58.169	55.747
<i>Deduções sobre vendas:</i>		
ISS	(2.842)	(2.934)
PIS	(938)	(920)
COFINS	(4.320)	(4.237)
ICMS	(9)	(7)
Total de deduções sobre vendas	(8.109)	(8.098)
Receita líquida	50.060	47.649

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Custo dos serviços prestados

São compostos como segue:

	2023	2022
Salários e encargos	(10.112)	(8.866)
Aluguel	(15.279)	(15.212)
Depreciações	(11.985)	(10.698)
Materiais aplicados nos serviços	(22.259)	(23.118)
Serviços de terceiros	(20.199)	(33.885)
Créditos fiscais	6.263	8.519
Energia elétrica	(1.610)	(1.679)
Fechamento de aterro	(4.217)	(3.472)
Licenças e taxas	(57)	(70)
Cessão de direito	(2.357)	(1.752)
Outros custos de produção	(1.316)	(3.220)
	(83.128)	(93.453)

20. Despesas comerciais

São compostos como segue:

	2023	2022
Provisão/(reversão) para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa	33	26
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	(34)	(44)
Patrocínios, brindes e doações	(195)	(163)
Propaganda e publicidade	(78)	(46)
Outros	(100)	(86)
	(374)	(313)

21. Despesas administrativas

São compostos como segue:

	2023	2022
Remuneração direta mão de obra	-	(234)
INSS	(4)	(38)
Benefícios	(1)	(16)
FGTS	-	(11)
Aluguéis	(30)	(112)
Materiais	(11)	23
Serviços de Terceiros (a)	(1.447)	(1.516)
Tributos, Seguros e Contribuições	135	(18)
Viagens e Estádias	(185)	(46)
Despesas serviços compartilhados	(866)	(798)
Outros	(9)	(47)
	(2.418)	(2.813)

22. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

São compostos como segue:

	2023	2022
Outras receitas (despesas) eventuais	(196)	(2.269)
Resultado venda de imobilizado	(199)	(90)
Provisões para contingenciais	54	6
Despesas e provisões contingenciais	(235)	(23)
Pis e Cofins sobre outras receitas	(39)	(23)
Perda por redução ao valor recuperável	2.609	3.279
Total	1.994	880

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

São compostos como segue:

	2023	2022
Varição monetária ativa	-	1
Rendimentos sobre aplicações financeiras	90	170
Juros recebidos e descontos obtidos	549	48
Outras receitas financeiras	100	198
Total receitas financeiras	739	417
Varição monetária passiva	-	(1)
Despesas bancárias	(272)	(254)
Despesas com juros e descontos concedidos	-	(2)
Despesas com multas e moras financeiras	(76)	(72)
Tributos sobre movimentações financeiras	(155)	(25)
Outros	-	(90)
Total despesas financeiras	(503)	(444)
Total	236	(27)

24. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por:

	2023	2022
Seguro patrimonial	45.700	35.080
Responsabilidade civil geral	10.000	10.000
Responsabilidade civil ambiental	30.000	30.000
	85.700	75.080

25. Eventos subsequentes

A Empresa até a data da emissão das demonstrações financeiras recebeu de sua controladora "Revita", recursos para futuro aumento de capital no montante de R\$12.209.